

Demonstrações Financeiras

1º semestre de 2025



brde.com.br

BRDE
BANCO REGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL



MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2025.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desde 1961, atua na Região Sul do Brasil visando promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social. Para isso, apoia iniciativas governamentais e privadas por meio de planejamento, apoio técnico, institucional e crédito de longo prazo. O Banco também opera no Mato Grosso do Sul, por ser um estado limítrofe da Região Sul e integrante do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul).

A incerteza é um elemento intrínseco à economia, mas, em determinados períodos, exerce influência significativa sobre os mercados financeiros e, consequentemente, sobre as decisões de consumo e investimento. Não há dúvida de que as medidas adotadas pelos Estados Unidos no primeiro semestre de 2025 — como o aumento das tarifas de importação, especialmente sobre produtos da China, do México, do Canadá e da União Europeia — geraram instabilidade no mercado cambial e nas perspectivas de negócios em escala global.

Para intensificar o grau de incerteza, os combates entre Israel e Irã no Oriente Médio reiniciaram em junho, com envolvimento dos Estados Unidos. Ainda que tenha havido um cessar fogo ao final do semestre, tal situação causa preocupação sobre uma possível elevação do preço do petróleo, o que geraria uma força inflacionária no mundo.

Paralelamente a esse contexto turbulento, os Estados Unidos registraram redução na taxa de inflação e no ritmo da atividade econômica, além de estabilização na taxa de desemprego. Embora esse cenário pudesse sugerir uma possível queda na taxa de juros no curto prazo, a expectativa de aumento do déficit público, decorrente da redução prevista nos impostos, dificulta esse movimento.

Na Zona do Euro, o Banco Central Europeu (BCE) reduziu ainda mais as taxas básicas de juros neste semestre, impulsionado pela desaceleração da inflação. A economia da Região apresenta crescimento ligeiramente superior ao do ano anterior, enquanto a taxa de desemprego permanece em níveis historicamente baixos ao longo de 2025.

A China, por sua vez, mantém o baixo patamar de taxa de juros desde o final de 2024, quando promoveu uma redução significativa acompanhada de outras medidas de estímulo econômico. Como resultado, a segunda maior economia

do mundo acelerou seu ritmo de crescimento, embora persistam incertezas quanto aos impactos das novas tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos.

No Brasil, o crescimento econômico acumulado em 12 meses atingiu aproximadamente 3,5% no primeiro trimestre de 2025. A taxa de desemprego caiu para o mínimo histórico de 6%, mesmo com os juros mantidos acima de 14% ao ano desde março — um patamar elevado que reflete as dificuldades do governo em conter a inflação, ainda acima de 5% no acumulado em 12 meses.

De acordo com o Índice de Atividade Econômica do Banco Central, os estados de Santa Catarina e do Paraná registraram crescimento em torno de 2%, em relação a dezembro do ano anterior, impulsionados principalmente pela produção industrial. Em paralelo, o Rio Grande do Sul apresentou elevação de 1%, impactado pela seca que comprometeu a safra de soja, principal cultura de verão do estado.

Destaca-se também o desempenho do mercado de trabalho na Região Sul, onde as taxas de desemprego ficaram abaixo da média nacional, variando entre 3% e 4% em Santa Catarina e no Paraná.

Neste semestre, o BRDE concluiu a revisão integral do seu Planejamento Estratégico, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento regional sustentável. O novo plano estabelece como legados institucionais o fortalecimento das cadeias produtivas, o apoio às cidades, o incentivo à inovação e a promoção da sustentabilidade. A partir desses pilares, foram definidos objetivos e ações estratégicas que orientarão a atuação do Banco nos próximos anos, com foco em gerar valor para a sociedade.

Os novos financiamentos contratados pelo Banco atingiram R\$ 2,2 bilhões no primeiro semestre de 2025, dos quais 74,7% são aderentes a pelo menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com essas operações, a carteira de crédito atingiu o recorde de R\$ 23,0 bilhões em junho desse ano, 7,1% acima do registrado no final de 2024.

Para fortalecer a economia da sua região, o Banco não apenas captou recursos financeiros de instituições nacionais e internacionais para repasse, mas também aumentou suas captações no mercado de capitais. Nesse semestre, o BRDE obteve o quarto empréstimo da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no montante de 120 milhões de euros, refletindo o sucesso dessa parceira iniciada em 2018. Em junho, o BRDE totalizou R\$ 1,1 bilhão em captações por instrumentos financeiros emitidos a mercado. Somente nesse semestre, R\$ 295,5 milhões foram captados, principalmente por meio de Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCD).

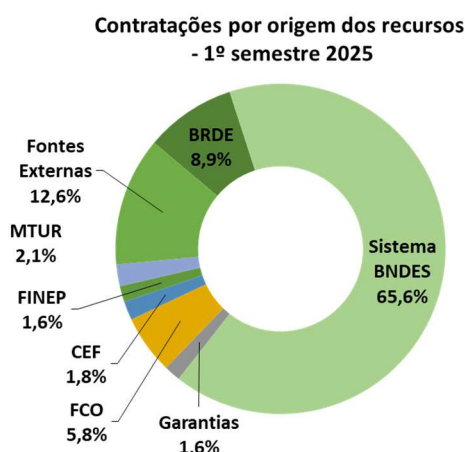
Ressalta-se também o apoio técnico e creditício do BRDE aos estados controladores para a efetivação do Programa Irriga Paraná, e da nova edição do Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE Santa Catarina).

No aspecto financeiro, o Banco teve um lucro de R\$ 325,4 milhões, resultado influenciado pelo crescimento nas receitas geradas pela recuperação de créditos e redução de perdas sobre ativos financeiros.

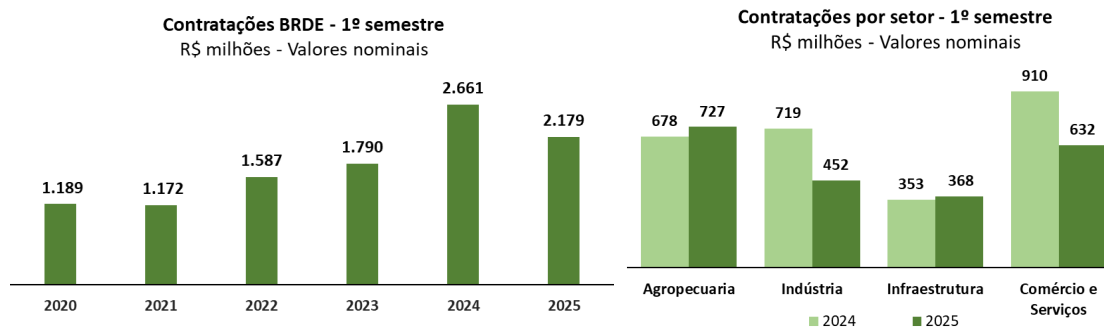
Desempenho Operacional

As contratações de financiamento do BRDE nesse semestre foram de R\$ 2,2 bilhões, uma redução de 18,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Este volume de investimentos contempla uma diversidade de empreendimentos, rurais e urbanos, distribuídos por toda a área de atuação do BRDE.

Com relação às fontes de recursos utilizadas para efetivar esse montante financiado, destacamos a participação do Sistema BNDES com 65,6% do total contratado em 2025, enquanto os recursos próprios do BRDE corresponderam a 8,9%. As fontes internacionais (AFD, CAF, BID, BEI, BIRD e NDB) representaram 12,6% do total contratado pelo Banco.

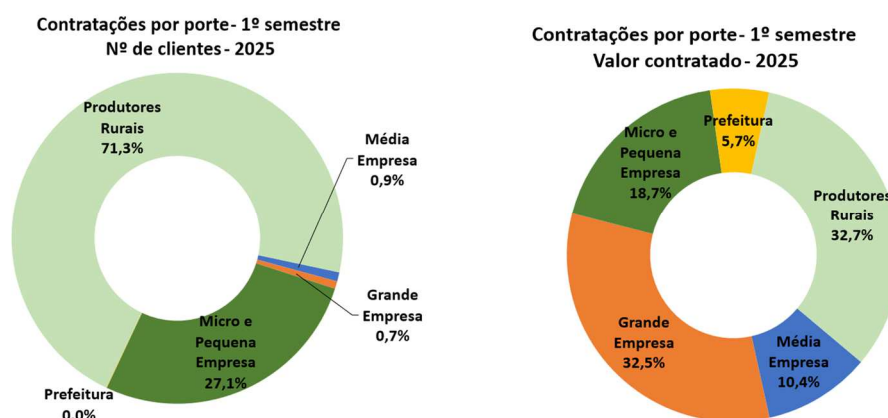


Verificando as contratações de crédito pelos setores da economia, a agropecuária foi o setor com maior volume de contratações no primeiro semestre de 2025: R\$ 727 milhões, apresentando uma participação de 33,4% no total financiado. Em seguida, comércio e serviços com R\$ 632 milhões em créditos contratados, participando com 29,0%. A indústria, com valores financiados da ordem de R\$ 452 milhões, correspondeu a 20,7%. A infraestrutura, com R\$ 368 milhões em operações de crédito contratadas, participou com 16,9%.



Os valores das contratações de financiamento por porte corroboram com o destacado acima em relação ao apoio ao agronegócio. Os produtores rurais foram o porte que mais obteve crédito do BRDE nesse semestre, seguido pelas grandes empresas, principalmente as cooperativas agroindustriais, que representaram 42,8% do montante financiado destinado a grandes empresas.

O número de contratações de financiamento em 2025 mostra que 71,3% foram realizadas com produtores rurais, em sua maioria agricultores familiares, e 27,1% representam os contratos com as micro e pequenas empresas (MPEs).



Mostrando a abrangência do BRDE e o melhor acesso dos pequenos empreendedores ao crédito, o montante das operações de financiamento efetuadas por meio de convênios com outras instituições parceiras, conhecidas como operações indiretas, apresentou um aumento de 62,7% em 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esses financiamentos atendem pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas. O sucesso também foi impulsionado pelo apoio do Banco na implementação do PRONAMPE SC, operacionalizado para fomentar as micro e pequenas empresas catarinenses.

Programa para Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina

O BRDE tem atuado como parceiro estratégico do Governo de Santa Catarina na elaboração e na execução da nova edição do Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE SC). O objetivo é

fomentar o ambiente de negócios e impulsionar a produtividade e competitividade das micro e pequenas empresas catarinenses.

Para acessar o crédito, as empresas devem atender a um dos três critérios: aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), participação em programas de exportação ou internacionalização e comprovação de inovação. O programa disponibiliza R\$ 500 milhões em financiamentos para capital de giro, com condições atrativas: carência de 6 meses, amortização em até 24 meses e taxa de juros reduzida. Até junho, o BRDE já financiou R\$ 162,5 milhões para 1.059 empresas, com um valor médio de R\$ 153,5 mil por operação.

Programa Irriga Paraná

O Governo do Paraná lançou o Programa Irriga Paraná com o objetivo de ampliar a área irrigada no estado, aumentando a produtividade das safras e reduzindo os impactos de longos períodos de seca sobre a produção agrícola.

Com investimentos previstos de R\$ 200 milhões, o programa combina linhas de crédito com juros subsidiados e incentivo à pesquisa científica. O BRDE participou da elaboração do programa e é responsável pela operacionalização da linha de crédito, destinada à aquisição de sistemas de irrigação para lavouras. Até junho, o Banco financiou 24 projetos de irrigação, totalizando R\$ 3,5 milhões e beneficiando uma área de 200 hectares.

Destaques Financeiros

O BRDE registrou lucro líquido de R\$ 325,4 milhões no semestre, representando um crescimento de 151% em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo aumento das receitas com recuperação de crédito e pela redução de perdas sobre ativos financeiros.

O ativo total do BRDE registrou um crescimento de 19,5% em relação ao primeiro semestre do ano anterior, encerrando o período em R\$ 27,7 bilhões. Esse avanço foi impulsionado, sobretudo, pela expansão da carteira de crédito do Banco.

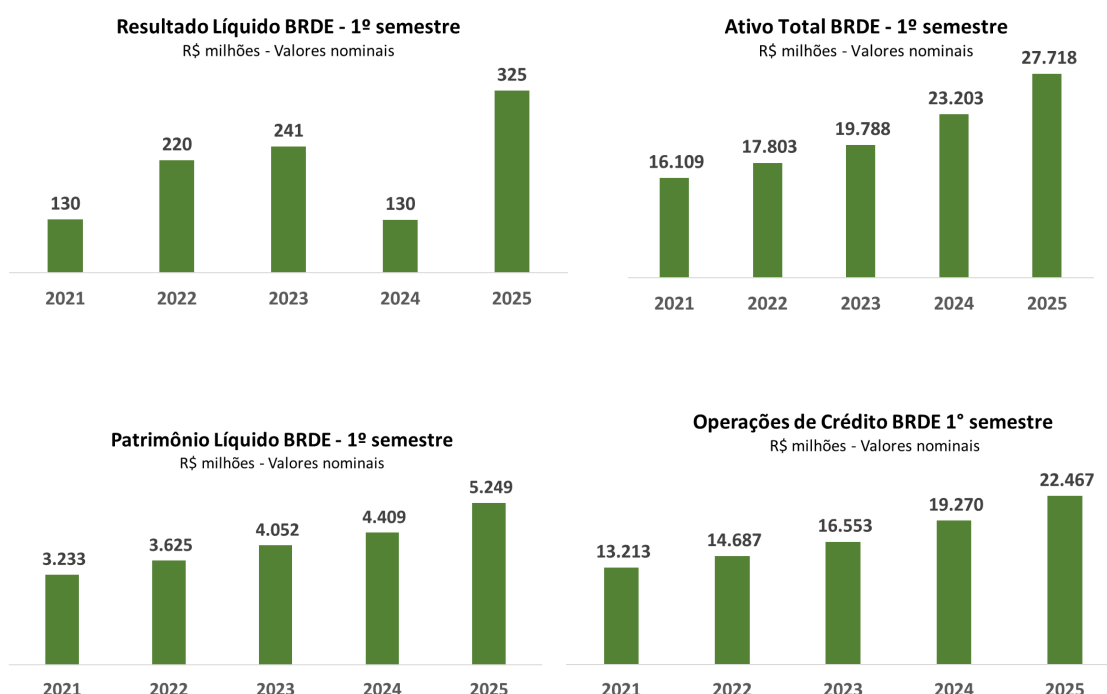
O Patrimônio Líquido (PL) também manteve trajetória de crescimento, alcançando R\$ 5,2 bilhões ao final do semestre — um aumento de 19,1% em comparação ao mesmo período de 2024. Esse crescimento do PL está associado à incorporação dos resultados auferidos e as capitalizações oriundas de recursos dos controladores. O fortalecimento do PL amplia a capacidade de alavancagem do BRDE, reforçando sua solidez financeira e sua aptidão para fomentar o desenvolvimento regional.

O saldo das operações de crédito e dos repasses financeiros do BRDE cresceu 7,1% em 2025, alcançando R\$ 23,0 bilhões. Esse desempenho reflete o êxito na

aplicação do volume crescente de recursos disponíveis nos últimos anos, viabilizado pela diversificação das fontes de recursos.

A carteira de crédito é composta por 42,3 mil clientes ativos, com empreendimentos financiados distribuídos em 1.202 municípios, dos quais 1.130 pertencem à Região Sul. Destaca-se que os financiamentos do BRDE estão presentes em 95% dos municípios da Região Sul, evidenciando sua ampla capilaridade regional.

O índice de inadimplência, considerando atrasos superiores a 90 dias, atingiu 0,75% em junho de 2025. No mesmo período, o Índice de Basileia do BRDE foi de 19,8%, mantendo-se em patamar confortável e compatível com os requisitos de capitalização prudencial.



BRDE e Agência Francesa de Desenvolvimento celebram nova parceria para investimentos na Região Sul

Com foco prioritário em projetos de alto impacto ambiental e climático, o BRDE firmou, em junho, uma nova operação com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de 120 milhões de euros. Os recursos serão destinados a financiamentos nos estados do Sul do Brasil, com destaque para projetos nas áreas de educação, saúde, preservação cultural e resposta a desastres naturais — uma das grandes inovações desta parceria. Além do crédito, a operação também conta com recursos para assistência técnica voltada, entre outras questões, para o desenvolvimento e o fortalecimento institucional do BRDE.

Essa é a quarta captação de recursos do BRDE junto à AFD e a maior em volume desde o início da colaboração. As operações anteriores ocorreram em 2018 (50 milhões de euros), 2020 (70 milhões de euros) e 2022 (100 milhões de euros), todas voltadas a iniciativas de sustentabilidade. Com a nova operação, o total captado pela parceria chega a 340 milhões de euros.

Captação de Recursos no Mercado de Renda Fixa

A política de diversificação de *funding* do BRDE estabelece, como uma de suas frentes de negócio, a captação de recursos via emissão de títulos de instrumentos de renda fixa no mercado financeiro.

Com as emissões efetivadas até junho, o BRDE superou a marca de R\$ 1 bilhão em captação, aproximadamente um ano após o início das atividades de captação em renda fixa via corretoras. Ainda no semestre, foram realizadas novas emissões das Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCDs), performando o limite anual estabelecido pelo CMN em poucos dias de emissão. A demanda pelos papéis do BRDE evidencia que a solidez do Banco é reconhecida no mercado financeiro.

Rating

Periodicamente, o BRDE é submetido à avaliação de risco por agências de *rating*. Atualmente, a Fitch Ratings, a Moody's Investors Service e a Moody's Local BR são as agências que avaliam o Banco.

A agência Fitch Ratings, na sua análise realizada em maio de 2025 afirmou os *credit ratings* do BRDE. Os *Issuer Default Ratings* (IDR, em português, Ratings de Inadimplência do Emissor) de longo prazo em moedas estrangeira e local permaneceram em *BB*, em linha com o *rating* soberano, e os IDR de curto prazo em moedas estrangeira e local em *B*, com a perspectiva estável. A Fitch também afirmou o *Rating Nacional de Longo Prazo* em *AAA(bra)* e o *Rating Nacional de Curto Prazo* em *F1+(bra)* do Banco. Considera-se que a qualidade de crédito dos três estados controladores influencia fortemente os *ratings* do Banco.

Em outubro de 2024, a Moody's Investors Service manteve o *rating* global de longo prazo do BRDE em *ba2*, com perspectiva estável. Já a Moody's Local BR ("Moody's Local") elevou, em dezembro de 2024, o *rating* de emissor do BRDE de *A+.br* para *AA-.br*, com perspectiva estável.

Destaques Institucionais

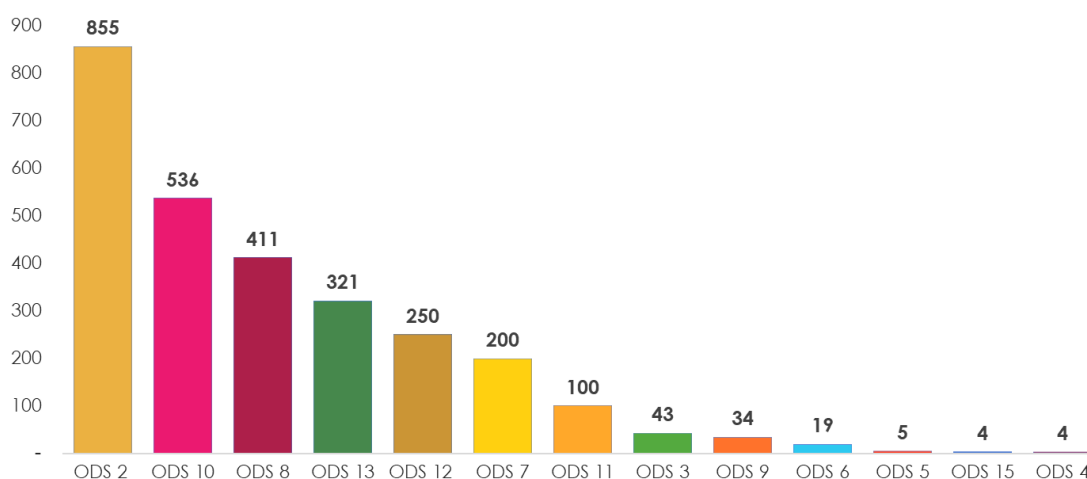
Apoio à sustentabilidade

No primeiro semestre de 2025, o BRDE contratou R\$ 2,2 bilhões em crédito, dos quais 74,7% estão alinhados a pelo menos um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Esse indicador, conhecido como percentual de aderência ou visão das operações, reflete o compromisso do

Banco com o desenvolvimento sustentável. Assim, somente neste período, foram destinados R\$ 1,6 bilhão a projetos que contribuem diretamente para os ODS, reforçando o papel do BRDE no apoio a iniciativas com impacto social, ambiental e econômico positivo.

No gráfico a seguir, destacamos os ODS mais impactados positivamente pelo crédito realizado pelo BRDE:

Alinhamento das Contratações do BRDE aos ODS - 1º semestre de 2025



Devido às características das atividades produtivas na área de atuação do BRDE, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 — *Fome Zero e Agricultura Sustentável* — foi o que recebeu o maior volume de apoio no período. Neste semestre, o Banco destinou R\$ 855 milhões ao financiamento de investimentos em cooperativas agroindustriais, agricultura familiar, infraestrutura para armazenamento de grãos, projetos de integração lavoura-pecuária, sistemas de irrigação e iniciativas voltadas à recuperação e ao manejo sustentável do solo.

Esses aportes reforçam o compromisso do BRDE com o fortalecimento da produção agropecuária de forma **inclusiva, resiliente e ambientalmente responsável**, contribuindo para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável da Região Sul.

Os valores financiados especificamente para a agricultura familiar, aproximadamente R\$ 425 milhões, promoveram também o ODS 10 – Reduzir desigualdades. Já os financiamentos para pequenos empreendedores, sobretudo através do Pronampe SC e do Microcrédito, impactaram positivamente o ODS 8 – Crescimento e Emprego Decente.

BRDE firma pacto internacional por sustentabilidade, impacto social e equidade de gênero

Diante dos desafios de ampliar a cooperação entre instituições financeiras comprometidas com a agenda global de sustentabilidade, o BRDE firmou, em 2025, um pacto com importantes parceiros internacionais para promover ações

voltadas à transição climática, ao impacto social e à valorização do empreendedorismo feminino.

O compromisso, que visa alinhar os financiamentos do Banco a projetos com esse propósito em toda a Região Sul do Brasil, reúne a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF).

A parceria foi formalizada por meio de uma declaração conjunta, assinada durante o *South Summit Brazil*, evento global de inovação e empreendedorismo realizado em abril, em Porto Alegre. O documento reconhece a importância de uma atuação coordenada para a construção de uma economia mais inclusiva, sustentável e resiliente.

Entre as estratégias previstas, destaca-se o fortalecimento do monitoramento de projetos voltados à equidade e à mitigação dos impactos de eventos climáticos extremos — como a histórica enchente que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024.

Edital 2025 para seleção de projetos via incentivos fiscais

O BRDE publicou o edital de 2025 para a seleção de projetos que receberão apoio por meio de incentivos fiscais. A iniciativa contempla ações voltadas ao atendimento de crianças, jovens e idosos; à promoção da educação por meio do esporte; à aquisição de equipamentos para hospitais, creches e asilos; além do fomento à produção cultural.

Como parte da política de responsabilidade socioambiental adotada há mais de uma década, essa iniciativa já destinou mais de R\$ 40 milhões em repasses diretos. Os recursos são aplicados em instituições localizadas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, ou em projetos com atuação nos três estados.

Apoio à Inovação

O impulso à inovação é uma meta estratégica permanente para o BRDE. Para consolidar essa diretriz, o Programa BRDE INOVA reúne os principais instrumentos de apoio à inovação oferecidos pelo Banco, organizados em três áreas de atuação:

- Financiamentos voltados a projetos inovadores;
- Investimentos de capital por meio de Fundos de Investimento em Participações (FIPs);
- Programas de aceleração de *startups*, como o BRDE Labs.

Além dessas frentes, o Banco reafirma seu compromisso com o fortalecimento do ecossistema de inovação, promovendo a colaboração entre seus diversos atores. Esse compromisso ficou evidente na participação ativa do BRDE em diversos eventos realizados neste semestre, com destaque para a quarta edição do *South Summit Brazil*.

As contratações do BRDE para projetos de inovação, por meio do Programa Inovação e Modernização, alcançaram R\$ 185,9 milhões. Além dos financiamentos para projetos inovadores, o BRDE é investidor em quatro Fundos de Investimento em Participação (FIPs) voltados para o suporte a *startups* em variadas fases de desenvolvimento: Criatec 3, Criatec 4, FIP Anjo e Quartzo Capital VC4. O Banco subscreveu R\$ 47 milhões nesses FIPs que, até o momento, aportaram recursos em 34 empresas inovadoras da Região Sul, com aportes que totalizaram R\$ 131,3 milhões.

BRDE Labs

O BRDE Labs foi criado para fortalecer o ecossistema de inovação na Região Sul, oferecendo suporte contínuo e não creditício a *startups*. Atuando como agente público alinhado às demandas do mercado inovador, o BRDE promove um ambiente propício ao desenvolvimento de negócios disruptivos.

O principal objetivo do programa é acelerar o crescimento dessas empresas, facilitando o acesso a recursos futuros, parcerias estratégicas e capacitação — tudo de forma gratuita. Além disso, o BRDE Labs impulsiona o amadurecimento dos negócios por meio de mentorias, conexões qualificadas e oportunidades reais de mercado.

O programa também aproxima *startups* dos FIPs dos quais o BRDE é cotista, além de fomentar parcerias com empresas consolidadas da sua carteira de clientes. Essa rede de conexões promove soluções inovadoras para desafios diversos, contribuindo para a transformação digital e o crescimento sustentável da região.

O BRDE e a HOTMILK — ecossistema de inovação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) — lançaram a sexta edição do **BRDE Labs do Paraná**. Em 2025, o programa tem como foco a inteligência artificial, promovendo a conexão entre *startups* e empresas para o desenvolvimento de soluções inovadoras. A iniciativa conta com o apoio da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham-Brasil), que auxilia na captação de empresas participantes. Nesta edição, o programa conta com 10 empresas âncoras paranaenses, que apresentaram 20 desafios em busca de soluções criativas e tecnológicas. No segundo semestre, serão selecionadas as *startups* que participarão de uma imersão com as empresas âncoras, dando início a uma jornada colaborativa de desenvolvimento e inovação.

A edição de 2024 do **BRDE Labs do Rio Grande do Sul** foi concluída em abril desse ano, em virtude das enchentes que assolaram o Estado no ano passado. O programa selecionou, dentre 110 projetos inscritos do Rio Grande do Sul, 15 *startups* em três áreas (Ambiental e Sustentabilidade; Saúde; e Tecnologia da Informação) que participaram da aceleração realizada pelo Feevale Techpark — 14 delas concluíram o processo. A novidade nesta edição foi que, além dos quatro grandes vencedores, todas as outras 10 *startups* concluintes do ciclo de

aceleração receberam uma premiação em dinheiro. As primeiras colocadas no programa foram a Protege Química de Santa Cruz do Sul, a Eva Saúde de Porto Alegre, a Igapó de Porto Alegre e a LimbX de Santa Cruz do Sul.

Já a edição do BRDE Labs 2025 do Rio Grande do Sul foi lançada em abril no *South Summit Brazil* e conta novamente com a parceria da Feevale Techpark. Nesta nova edição, serão distribuídos R\$ 245 mil em premiação para as 15 empresas selecionadas para a etapa de aceleração, que contempla o desenvolvimento de *startups* em fase de operação e tração. Podem participar *startups* sediadas na Região Sul em estágio operacional ou de tração, desde que apresentem um protótipo funcional (MVP), já possuam clientes e estejam com validação do seu modelo de negócios.

A edição de 2025 do **BRDE Labs de Santa Catarina**, lançado em março, conta com três frentes de apoio: Growth, Venture e Innovation. O BRDE Labs Growth tem como finalidade apoiar 100 *startups* catarinenses em fase de operação e tração a estruturarem seus processos comerciais, escalarem vendas e validarem seus modelos de negócio. Ao longo de um semestre, o programa oferecerá *workshops*, mentorias individuais e eventos regionais, além de uma premiação de R\$ 360 mil divididos entre as empresas vencedoras.

Já o BRDE Labs Venture foca na preparação das *startups* para a captação de investimentos. A fase venture apoiará 30 *startups* catarinenses que já passaram pela fase Growth em edições anteriores. O programa inclui mentorias individuais, *workshops* sobre acesso a capital e um evento de conexão com investidores. As finalistas terão a oportunidade de se apresentar no Investor Day, um evento presencial para conexões com investidores.

O BRDE Labs Innovation, principal novidade da edição 2025, objetiva a inovação aberta e a conexão entre as *startups* e as grandes empresas catarinenses. As cinco empresas âncoras participantes serão escolhidas e, posteriormente, serão abertas as inscrições para as 25 *startups* de todo o Brasil a partir da divulgação dos desafios das âncoras.

BRDE apresenta o Projeto Visão Regional 2040

Em abril, o BRDE apresentou a versão final do Projeto Visão Regional 2040 durante a reunião dos governadores do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul). O estudo foi elaborado por especialistas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com apoio técnico do BRDE e das secretarias de planejamento dos estados membros do Conselho.

A iniciativa propõe uma visão integrada e de longo prazo para o desenvolvimento da região, com base em um diagnóstico abrangente. O estudo inclui o levantamento de investimentos previstos, o mapeamento de potencialidades e gargalos, além da definição de eixos prioritários, diretrizes estratégicas, indicadores e metas para os próximos 15 anos.

Planejamento Estratégico 2025-2030 do BRDE

A elaboração do novo Planejamento Estratégico do BRDE envolveu várias áreas do Banco e está bem alinhada com o projeto Visão Regional 2040. O trabalho foi feito com o apoio da consultoria Symnetics e foi organizado em quatro etapas, começando pelo Plano de Trabalho.

Na segunda fase, foi realizada a avaliação do desempenho da estratégia do BRDE, que incluiu entrevistas individuais com público interno, como conselheiros, diretores, membros do Comitê de Gestão, gestores e analistas. Também foram coletadas as opiniões dos funcionários por meio de um questionário *online*. Para completar essa avaliação, foram realizadas entrevistas com *stakeholders* importantes de organizações parceiras e um estudo sobre tendências e benchmarking.

Posteriormente, foi desenvolvida a nova Identidade Empresarial, que inclui Missão, Visão de Futuro e Valores Organizacionais. A missão do BRDE passou a ser “*Apoiar quem produz e transformar vidas*”. Na sequência, foi construído o novo Mapa Estratégico, que possui 9 eixos principais, 4 legados, 18 objetivos, 39 indicadores e 26 ações estratégicas. Por fim, foram definidos o modelo para acompanhar e avaliar a estratégia, além do Plano de Comunicação do Planejamento Estratégico.

Parcerias Público-Privadas (PPP)

Além de oferecer crédito e apoio técnico a projetos privados e municipais alinhados às políticas públicas dos estados controladores, o BRDE também atua na estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPPs), concessões e outras formas de participação privada na prestação e gestão de serviços públicos. O Banco tem se posicionado como um aliado estratégico dos estados e municípios da Região Sul, contribuindo para viabilizar o desenvolvimento da infraestrutura pública. Essa atuação é um dos focos prioritários do BRDE, estando prevista como objetivo estratégico em seu Planejamento Estratégico.

No primeiro semestre de 2025, o BRDE firmou Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com 17 municípios, com o objetivo de apoiar tecnicamente a seleção, identificação e priorização de projetos voltados à modernização da gestão municipal, especialmente por meio de PPPs.

Os municípios signatários no Rio Grande do Sul são: Gramado, Gravataí, Tramandaí, Alvorada, Capão da Canoa, Xangri-lá, Viamão, Canela, Estância Velha e Lajeado. Em Santa Catarina, aderiram à parceria os municípios de São Bento do Sul, Guaramirim, Itajaí, Braço do Norte, Balneário Camboriú, Blumenau e Balneário Piçarras.

A partir do ACT, o BRDE e o Município de São Bento do Sul assinaram um contrato de estruturação de Parceria Público Privada (PPP). O projeto prevê a

concessão administrativa do serviço de iluminação pública, que inclui a modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção do parque de iluminação da cidade.

A expectativa é que pelo menos 9 outros projetos de PPPs daqueles municípios que firmaram ACT comecem a ser estruturados pelo BRDE ainda em 2025.

BRDE inaugura escritório para fortalecer presença institucional em Brasília

Com o objetivo de ampliar as ações estratégicas com os parceiros operacionais e fortalecer a presença institucional em Brasília (DF), o BRDE inaugurou, em fevereiro, seu escritório de representação na capital federal. O novo espaço facilitará o acompanhamento de perto das pautas prioritárias junto aos órgãos públicos e demais instituições bilaterais, em especial para agilizar as novas operações de captação de recursos.

Além dos bancos internacionais de apoio ao desenvolvimento, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), entidade que reúne as instituições de fomento do país, igualmente tem sede e realiza suas reuniões rotineiras e assembleias na capital federal. O escritório do BRDE está localizado no edifício Number One – SCN Quadra 1 Bloco A, S/N, 17 andar, Asa Norte de Brasília.

O BRDE já tem um escritório de representação no Rio de Janeiro para apoio nas questões envolvendo o BNDES e a Finep.

Gerenciamento de Riscos

O BRDE, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das demais unidades de negócio e da unidade executora da atividade de auditoria interna. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance (SURIS) é a responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, funcionando sob a administração do *Chief Risk Officer* – CRO e reportando-se diretamente ao Comitê de Riscos, ao Diretor-Presidente e ao Conselho de Administração. O relatório que define a estrutura de gerenciamento contínuo de riscos e de capital está disponível no site do Banco (<https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/estrutura/>).

Em atendimento à Resolução BCB nº 54/2020, o BRDE apresenta seu Relatório de Pilar 3, reunindo um conjunto abrangente de informações a respeito da sua gestão de risco e de capital. Ao proporcionar às partes interessadas amplo acesso às informações sobre os riscos e gestão, o BRDE busca atender às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, notadamente no que diz respeito à transparência, favorecimento da disciplina de mercado e redução de assimetria de informações. O relatório de Pilar 3 se encontra disponível em: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/pilar-3/>, sendo disponibilizado também em forma de dados abertos segundo as especificações estabelecidas pelo BACEN em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/pilar3>.

Agradecimentos

Os resultados apresentados à sociedade nesse relatório não seriam possíveis sem os esforços conjuntos dos Estados-Controladores e dos representantes da sociedade civil. Nesse contexto, a Diretoria agradece aos clientes por confiar no apoio do BRDE, aos repassadores de recursos pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos Governos dos Estados-Controladores, ao Conselho de Administração, aos Comitês de apoio e aos demais parceiros pela confiança depositada. Agradece, ainda, de forma especial, a todos os colaboradores que contribuíram com dedicação, empenho e profissionalismo.

Porto Alegre, 30 de junho de 2025.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	
Disponibilidades	5	70.078
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	6	4.058.881
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes	7	241.151
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		23.314.037
Carteira de crédito	8.1	23.193.489
Outros ativos financeiros	8.2	120.548
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(517.670)
Outros ativos	10	59.765
Ativos fiscais diferidos	16.2	444.891
Imobilizado		39.575
Imobilizado de uso		78.780
(-) Depreciação acumulada		(39.205)
Intangível		6.797
Ativos intangíveis		54.326
(-) Amortização acumulada		(47.529)
TOTAL DO ATIVO		27.717.505
PASSIVO	Nota	30/06/2025
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		21.649.958
Depósitos e captações no mercado	11	1.147.111
Repasse do país	12	16.318.826
Empréstimos e repasses do exterior	12	3.687.321
Outros passivos financeiros	13	496.700
Outros passivos	14	306.653
Provisões	15	174.450
Passivos fiscais diferidos	16.2	139.562
Passivo atuarial	17	197.455
TOTAL DO PASSIVO		22.468.078
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2025
Capital social	18.1	3.499.877
Reservas de lucro	18.2	1.781.847
Outros resultados abrangentes		(32.297)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.249.427
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.717.505

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Nota	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira	19	1.539.568
Carteira de crédito		1.312.712
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos		226.856
Despesas da intermediação financeira	19	(745.832)
Operações de depósito e captações no mercado		(64.100)
Operações de empréstimos e repasses		(656.763)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos		(24.969)
Resultado da intermediação financeira	19	793.736
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.3	11.761
Outras receitas (despesas) operacionais		(199.789)
Receitas de prestação de serviços	20	29.025
Despesas com pessoal	21	(132.756)
Outras despesas administrativas	22	(49.478)
Despesas tributárias	23	(37.069)
Provisões cíveis e trabalhistas		(16.267)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	6.756
Resultado antes da tributação sobre o lucro		605.708
Imposto de renda e contribuição social	16.1	(270.277)
Corrente		(285.701)
Diferido	16.2	15.424
Participações no lucro		(10.035)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		325.396
Resultado líquido básico e diluído por ação (lote de 1.000 ações)		0,23

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	30/06/2025
Lucro líquido do período	325.396
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	92
Ativos financeiros mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes	92
Variação ao valor de mercado	92
Efeito tributário	-
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	2.379
Remensurações das obrigações de benefícios pós-emprego	2.379
Ganho/(perda) avaliação atuarial	3.565
Efeito tributário	(1.186)
Total de outros resultados abrangentes	2.471
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	327.867

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2024		2.487.333	2.043.333	(34.768)	-	4.495.898
Efeitos na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966	18.2		25.052			25.052
Saldos em 01/01/2025		2.487.333	2.068.385	(34.768)	-	4.520.950
Ajuste ao valor de mercado TVM				92		92
Ajuste avaliação atuarial				2.379		2.379
Aumento de capital	18.1	1.012.544	(611.934)			400.610
Lucro líquido do semestre					325.396	325.396
Constituição de reservas			325.396		(325.396)	-
Saldos em 30/06/2025		3.499.877	1.781.847	(32.297)	-	5.249.427

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

30/06/2025

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro antes dos impostos sobre o lucro 605.708

Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais 25.391

Depreciação e amortização 3.548

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (11.761)

Provisão para perdas esperadas não associadas ao risco de crédito 16.267

Provisão para perdas de outros ativos 3.801

Prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda 166

Custo sobre passivo atuarial 13.370

Variação de ativos e passivos (705.117)

(Aumento) / redução em TVM e inst. financeiros derivativos (233.738)

(Aumento) / redução na carteira de crédito (1.524.275)

(Aumento) / redução em outros ativos financeiros 2.889

(Aumento) / redução em outros ativos (15.034)

Aumento / (redução) dos passivos financeiros 1.742.460

Aumento / (redução) de outros passivos (496.315)

Aumento / (redução) de provisões e passivo atuarial (3.053)

Imposto de renda e contribuição social pagos (178.051)

Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais (74.018)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Aquisição de intangível (2.460)

Aquisição de imobilizado de uso (1.031)

Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento (3.491)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Juros de capital próprio e recursos do fundo impulsiona sul capitalizados 200.610

Aporte de recursos no capital por sócios 200.000

Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento 400.610

Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa 323.101

Modificação da posição financeira

Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período 1.506.349

Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período 1.829.450

Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa 323.101

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 03 de setembro de 2025.

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispondo sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e CPC 48. Como principal impacto, a Resolução CMN nº 4.966/21 alterou a Resolução CMN nº 2.682/99, que definia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito através do conceito da perda incorrida. Adicionalmente, a Resolução BCB nº 352/23 define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros.

Os critérios contábeis oriundos por esta Resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários.

Seguindo as diretrizes do artigo 79 da Resolução CMN 4.966/21, durante o exercício de 2025 não serão apresentadas as demonstrações financeiras para fins comparativos aos períodos anteriores.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem as disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, depósitos bancários e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundos de investimentos, cujo vencimentos até 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da sua aquisição, originação ou emissão, pelo seu valor de transação ou pelo valor justo, nos casos cabíveis.

a. Ativos financeiros

A classificação e mensuração subsequente é feita com base no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros e nas características do fluxo de caixa contratuais (teste SPPJ).

- Modelo de negócios: refere-se a maneira pela qual o BRDE gerencia os seus ativos financeiros para gerar fluxo de caixa, podendo ser: (i) modelo de negócio cujo objetivo é manter os ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto a venda; (iii) outros modelos.
- Teste SPPJ: analisa as características de caixa dos ativos financeiros, com o objetivo de evidenciar se os fluxos de caixa desses ativos são exclusivamente formados por pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado (CA): ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo incluindo os custos de

transação e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativos financeiros que atendam aos critérios do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos contratuais quanto para venda. Os ativos são inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação e os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receitas de juros) são reconhecidos em outros resultados abrangentes.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou designados no reconhecimento inicial como VJR para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis. São inicial e subsequentemente avaliados a valor justo sendo os custos de transações e as modificações subsequentes do valor justo reconhecidas diretamente no resultado do período.

b. Passivos financeiros

No BRDE, como regra geral, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado, refletindo a expectativa de fluxo de caixa contratual ao longo do tempo. Exceção à regra geral estão os derivativos passivos, operações envolvendo empréstimos ou aluguel de ativos financeiros e passivos resultantes da transferência de ativos que devem ser classificados como VJR.

Compromissos de crédito, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas seguem critérios específicos de reconhecimento e mensuração, levando em consideração tanto a expectativa de perdas esperadas quanto o valor justo no momento inicial.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A atuação do BRDE no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações são contabilizadas no resultado.

O BRDE adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* a valor justo, para as operações de *swap* elegíveis para tal. Os instrumentos classificados nessa categoria se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;

A parcela não efetiva do *hedge* é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam: (i) objetivo do *hedge*; (ii) identificação documental do risco objeto de *hedge* e gerenciamento do risco; (iii) classificação e estratégia do *hedge*; (iv) procedimentos internos de escrituração; (v) identificação de objeto e instrumento de *hedge*.

d. Mensuração do valor justo

O BRDE utiliza a seguinte hierarquia para mensuração do valor justo dos seus instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para os instrumentos financeiros semelhantes ou baseado em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são fundamentados em dados observáveis em mercados ativos;
- Nível 3: modelos de precificação que utilização referencias de preços, taxas e dados não observáveis no mercado.

e. Taxa efetiva de juros (TJE)

A taxa efetiva de juros (TJE) é a taxa que desconta os pagamentos recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

A aplicação da TJE ocorre sobre o valor contábil bruto do instrumento financeiro, ajustado da seguinte forma:

- Para os ativos financeiros devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento;
- Para os passivos financeiros devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

O BRDE, após estudo técnico elaborado para tal finalidade, adotou para os custos e receitas atribuíveis a utilização do critério da materialidade previsto no art. 13 da Resolução BCB nº 352/2023, de forma que sua TJE é igual a taxa contratual.

f. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Resolução CMN nº 4.966/2021 determina que o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito passa a ser baseado em um modelo prospectivo de perdas esperadas. Devido ao seu enquadramento, segmento S3, o BRDE é obrigado a adotar a metodologia completa.

O BRDE reconhece provisão para perdas de crédito desde o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base na expectativa de perda futura. A partir daí avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva, através de grupos homogêneos, fazendo com que o instrumento financeiro seja classificado em alguns dos seguintes estágios:

- Estágio 1: são alocados os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;
- Estágio 2: são alocados os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio e que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e

- Estágio 3: são alocados os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, considerados ativos problemáticos. Enquadram-se nesse estágio: (i) os ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias); (ii) ativos financeiros que tenham indicativo que não honraram integralmente suas obrigações; (iii) ativos financeiros reestruturados.

Para os ativos financeiros inadimplidos, como parte do total da provisão esperada, é constituída provisão sobre perdas incorridas. O nível de provisão das operações deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos no Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

É vedado o reconhecimento, no resultado do período, as receitas geradas pelos ativos problemáticos (*stop-accrual*). Essas receitas são apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento, não se aplicando às receitas geradas pela recuperação de ativos baixados.

A regularização do atraso, além de outros fatores definidos em Política aprovada pela Administração do BRDE, justifica a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura).

O BRDE, através de modelos estatísticos internos, efetua o cálculo das perdas esperadas, considerando os seguintes fatores:

- PD (*Probabilidade of default*) – Probabilidade de ocorrência do *default* (inadimplência) em janela de tempo pré-determinada;
- EAD (*Expousure at default*) – Representa o valor em aberto no momento do *default*;
- LGD (*Loss given default*) – É o percentual de perda após o evento de *default*.

g. Baixa do instrumento financeiro

A baixa de um ativo financeiro, conforme definido na Resolução CMN nº 4.966/2021, ocorre quando:

- os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram;
- ocorrer a venda ou transferência deste ativo;
- não houver mais expectativa de sua recuperação (*write-off*).

De acordo com a política aprovada pela sua Administração, no BRDE o *write-off* ocorre no 21º mês após ser classificado como inadimplente (atraso superior a 90 dias), mas manterá controles para identificação dos ativos financeiros baixados enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, observado prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada, vencida ou expirada.

h. Recuperação e reestruturação

A renegociação é um acordo que implica na alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

A reestruturação é uma renegociação que envolve concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas

caso não ocorresse tal deterioração. Nesse caso, o valor contábil bruto do instrumento financeiro deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, sendo descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada ou pela taxa de juros repactuada. A Resolução CMN nº 5.146/2024 faculta, até dezembro de 2026, a utilização da taxa de juros efetiva repactuada.

3.3 Outros ativos

Relativo ao BRDE são compostos, basicamente, por ativos não financeiros mantidos para venda (AMVS) e por despesas antecipadas. Os ativos não financeiros mantidos para venda correspondem a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou de duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio não mais utilizáveis e disponíveis para venda.

Anualmente é feita a avaliação destes AMVS e caso o valor apurado seja inferior ao contabilizado é constituída uma provisão por redução do valor recuperável do ativo.

3.4 Imobilizado e intangível

Os bens que constituem o imobilizado são contabilizados pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e ajustado ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens.

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, basicamente softwares e direitos de uso, adquiridos ou desenvolvidos internamente destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. São demonstrados pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é composta por tributos correntes, os quais são pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

A provisão para IRPJ é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o BRDE é de 20%.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico elaborado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os ativos fiscais diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, e observam os critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. No caso dos passivos fiscais diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem.

Aqueles decorrentes de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:
 - a) cronograma de reembolso do crédito; e
 - b) enquadramento em perdas conforme a Lei n.º 14.467/2022;
- Demais provisões: previsão de pagamento.

3.6 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante delas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

3.7 Benefício pós-emprego

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 17). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da “aquisição” do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.

- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

Em consonância ao CPC 33 (R1), quando do processo de destinação de reserva especial de Plano de Benefício, apurado conforme regras emitidas pelas autoridades regulatórias, na condição de patrocinador e a fim de representar patrimonialmente de forma efetiva o benefício econômico de direito do BRDE a valor presente, o Banco constitui um ativo atuarial para este fim.

3.8 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização

3.9 Resultado não recorrente

Consideramos como resultado não recorrente é aquele que não esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e de alguma forma não esteja previsto para ocorrer com eventual frequência nos exercícios futuros. Quando ocorrido demonstramos esse resultado em nota explicativa.

4. SEGREGAÇÃO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação circulante e não circulante.

ATIVO	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	70.078	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	4.005.821	53.060
Ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes	129.628	111.523
Carteira de crédito	3.570.124	19.623.365
Demais ativos financeiros	28.664	91.884
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	57.001	460.669
Outros ativos	47.240	12.525
Ativos fiscais diferidos	-	444.891
Imobilizado	-	39.575
Intangível	-	6.797
PASSIVO	Circulante	Não Circulante
Depósitos e captações no mercado	268.854	878.257
Repasses do país	2.518.610	13.800.216
Empréstimos e repasses do exterior	277.898	3.409.423
Outros passivos financeiros	485.359	11.341
Outros passivos	284.553	22.100
Provisões	55.805	118.645
Passivos fiscais diferidos	-	139.562
Passivo atuarial	-	197.455

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2025
Disponibilidades	70.078
Cotas de fundo de investimento	1.759.372
Total	1.829.450

6. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**6.1 Composição da carteira**

	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR JUSTO		SALDO EM 30/06/2025
		Nível 1	Nível 2	
Cotas de fundos de renda fixa – nota 5	1.759.372	1.759.372	-	1.759.372
Cotas de fundos de renda fixa ⁽¹⁾	1.775.763	2.017.582	-	2.017.582
Cotas de fundos de participação ⁽²⁾	36.892	44.058	-	44.058
Cotas de fundos de renda fixa – recursos FSA	237.594	237.594	-	237.594
Instrumentos financeiros derivativos – nota 6.3	275		275	275
Total	3.809.896	4.058.606	275	4.058.881

(1) Deste montante, R\$ 9.002 estão caucionados a processos judiciais trabalhistas.

(2) São cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas contas atualizadas de acordo com os valores divulgados pelos respectivos administradores.

6.2 Prazo dos instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Cotas de renda fixa	2.410.378	768.755	597.821	3.776.954
Cotas de fundo de participação	-	-	44.058	44.058
Cotas de fundo de renda fixa - FSA	18.900	47.458	171.236	237.594
Instrumentos financeiros derivativos	-	275	-	275
Total – 30/06/2025	2.429.278	816.488	813.115	4.058.881

6.3. Instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2025
Ativo	275
Contratos <i>swap</i> – sem estrutura de <i>hedge</i>	275
Passivo	18.266
Contratos <i>swap</i> – com estrutura de <i>hedge</i> – nota 6.4	18.145
Contratos <i>swap</i> – sem estrutura de <i>hedge</i>	121

6.4 Contabilidade de *Hedge*

O BRDE possui estruturas de *hedge* de valor de mercado para se proteger dos riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto às instituições financeiras internacionais.

A proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, nas seguintes condições:

- Ponta ativa: Euro + SOFR + taxa contratual;
- Ponta passiva: Real + CDI + taxa contratual.
- Periodicidade e vencimento: idênticos ao do objeto de *hedge*.

As variações de marcação a mercado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objeto de *hedge*, em estruturas de valor de mercado são reconhecidos diretamente no resultado.

	Valor referencial	Valor da curva	Ajuste valor justo	Valor de mercado
Instrumento	180.894	16.370	1.775	18.145
Objeto	180.894	168.870	(1.704)	167.166

A avaliação da efetividade da estrutura de *hedge* é realizada no momento da designação e revisada periodicamente por ocasião dos encerramentos contábeis. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de *hedge* e o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor captado ⁽¹⁾	Data inicial	Data final	Indexador
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.
CAF	U\$ 30.000	10/04/2025	15/02/2028	SOFR 6M+1,3% a.a

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

7. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

7.1 Composição da carteira

	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR JUSTO		SALDO CONTÁBIL
		Nível 1	Nível 2	
Letras financeiras do tesouro	230.831	241.151	-	241.151
Total	230.831	241.151	-	241.151

7.2 Prazo dos instrumentos mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Letras financeiras do tesouro	129.628	84.091	27.432	241.151
Total – 30/06/2025	129.628	84.091	27.432	241.151

8. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

8.1 CARTEIRA DE CRÉDITO

a. Composição por classe e estágio

ATIVO	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	1.853.039	170.695	71.474	2.095.208
Financiamentos	9.247.090	928.397	492.018	10.667.505
Financiamentos rurais	9.491.220	662.591	66.521	10.220.332
Total operações de concessão de crédito	20.591.349	1.761.683	630.013	22.983.045
Repasse interfinanceiros	57.761	-	-	57.761
Aval e fiança honrado	1.072	-	1.086	2.158
Títulos c/ características concessão de crédito	88.019	-	-	88.019
Venda a prazo de ativos não financeiros (AMV)	56.375	6.056	75	62.506
Total operações caract. concessão de crédito	203.227	6.056	1.161	210.444
Total da carteira de crédito	20.794.576	1.767.739	631.174	23.193.489

b. Movimentação da carteira de crédito

ATIVO	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01.01.2025	20.958.562	88.965	621.687	21.669.214
Constituições / (reversões) líquida	982.486	602.613	(60.824)	1.524.275
Write-off	-	-	-	-
Mudança de estágio:	<u>(1.146.472)</u>	<u>1.076.161</u>	<u>70.311</u>	-
entre estágios 1 e 2	(1.116.210)	1.116.210	-	-
entre estágios 1 e 3	(30.262)	-	30.262	-
entre estágios 2 e 3	-	(40.049)	40.049	-
Saldo em 30.06.2025	20.794.576	1.767.739	631.174	23.193.489

c. Composição por faixa de vencimento

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Até 1 ano	3.307.554	173.727	88.843	3.570.124
De 1 a 5 anos	10.104.425	757.788	163.472	11.025.685
Acima de 5 anos	7.382.597	836.224	378.859	8.597.680
Total carteira crédito	20.794.576	1.767.739	631.174	23.193.489
Vencidos há mais de 30 dias	0,00	40.086	202.234	242.320

d. Composição da carteira por setor de atividade

	30/06/2025	%
Setor público	<u>1.438.315</u>	<u>6,20%</u>
Setor privado	<u>21.755.174</u>	<u>93,80%</u>
Agropecuária	5.992.484	25,84%
Indústria	5.183.385	22,35%
Infraestrutura	4.651.381	20,05%
Comércio	3.708.059	15,99%
Serviço	937.716	4,04%
Turismo	387.281	1,67%
Saúde	223.179	0,96%
Intermediação financeira	304.143	1,31%
Esportes, recreação e lazer	203.361	0,88%
Alimentação	85.089	0,34%
Educação	79.096	0,37%
Total da carteira crédito	23.193.489	100%

e. Concentração por cliente

	30/06/2025	%
Maior devedor	392.037	1,69%
10 maiores seguintes	2.349.116	10,13%
20 maiores seguintes	2.715.821	11,71%
50 maiores seguintes	3.471.000	14,97%
100 maiores seguintes	3.006.634	12,96%
Demais devedores	11.258.881	48,54%
Total	23.193.489	100%

f. Baixa e recuperação de instrumentos financeiros

No 1º semestre de 2025 nenhum instrumento financeiro foi baixado.

	30/06/2025	%
Reestruturados	5.335	76,73%
Renegociados	1.598	23,27%
Montante de instrumentos financeiros recuperados	6.953	100%

8.2 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	30/06/2025
Rendas a receber	14.204
Devedores por depósitos em garantia	73.932
Ativos atuariais – benefícios pós-emprego	24.480
Adiantamentos e antecipações salariais	5.722
Outros ativos financeiros	2.210
Total	120.548

9. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO**9.1 Composição da provisão por estágio da carteira de crédito**

ATIVO	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	8.334	1.012	51.411	60.757
Financiamentos	34.216	8.112	348.205	390.533
Financiamentos rurais	14.325	3.526	47.106	64.957
Operações c/ caract. de concessão de crédito	266	28	1.129	1.423
Total perda esperada – 30/06/2025	57.141	12.678	447.851	517.670

9.2 Movimentação da provisão da carteira de crédito

ATIVO	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	63.855	1.349	460.796	526.000
Constituições / (reversões) líquida	(28.845)	8.326	12.189	(8.330)
Mudança de estágio:	<u>22.131</u>	<u>3.003</u>	<u>(25.134)</u>	-
entre estágios 1 e 2	(1.492)	1.492	-	-
entre estágios 1 e 3	23.623	-	(23.623)	-
entre estágios 2 e 3	-	1.511	(1.511)	-
Saldo em 30/06/2025	57.141	12.678	447.851	517.670

9.3 Despesa (receita) da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Total
Saldo de provisão – ativa e passiva - em 01/01/2025	535.285
Provisão (reversão) da provisão sobre a carteira de crédito	(8.330)
Provisão (reversão) da provisão sobre garantias financeiras prestada	(3.454)
Provisão (reversão) da provisão sobre créditos a liberar	23
Total de provisão constituída (revertida) no semestre	11.761
Saldo da provisão – ativa e passiva - em 30/06/2025	523.524

10. OUTROS ATIVOS

	30/06/2025
Despesas pagas antecipadamente	6.268
Obras de arte	271
Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos	66.137
Provisão desvalorização de ativos não financeiros	(12.911)
Total	59.765

11. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS NO MERCADO

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos a prazo – CDB e RDB	106.327	1.892	13.663	121.882
Letras de crédito do agronegócio – LCA	16.511	383.034	-	399.545
Letras de crédito do desenvolvimento – LCD	146.016	139.048	296.819	581.883
Letras Financeiras – LF	-	43.801	-	43.801
Total – 30/06/2025	268.854	567.775	310.482	1.147.111

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Do país	2.518.610	8.261.805	5.538.411	16.318.826
BNDES	1.671.987	5.430.553	3.910.941	11.013.481
FINAME	342.342	1.225.793	412.196	1.980.331
FINEP	217.961	952.881	270.333	1.441.175
BB	80.773	174.013	179.590	434.376
CEF	83.608	183.230	447.659	714.497
FUNGETUR	100.259	284.716	303.518	688.493
Outros	21.680	10.619	14.174	46.473
Do exterior	277.898	1.255.456	2.153.967	3.687.321
AFD	113.593	498.844	625.602	1.238.039
CAF	99.360	324.388	15.818	439.566
BEI	38.745	175.218	208.549	422.512
NDB	6.387	94.805	662.075	763.267
BID	14.712	130.316	557.089	702.117
BIRD	5.101	31.885	84.834	121.820
Total – 30/06/2025	2.796.508	9.517.261	7.692.378	20.006.147

Sobre as operações com o mercado exterior:

Agence Française de Développement (AFD), New Development Bank (NDB), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e International Bank of Reconstruction and Development (BIRD) – operações de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final;

Corporación Andina de Fomento (CAF) – operações de empréstimos com recursos internalizados em reais (*swap offshore*);

European Investment Bank (BEI) – o BRDE possui uma operação de empréstimo, para a qual contratou *swap* (nota 6.4). As demais operações são de repasses onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final.

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/06/2025
Instrumentos financeiros derivativos (nota 6.3)	18.266
Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) ⁽¹⁾	228.448
Ministério do Turismo – FUNGETUR ⁽²⁾	60.465
Fundo Impulsiona Sul ⁽³⁾	179.442
Valores de mutuários a regularizar ⁽⁴⁾	10.079
Total	496.700

(1) Recursos, geridos pelo BRDE, destinados a cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Recursos disponibilizados pelo Ministério do Turismo destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim.

(3) Recursos oriundos dos juros sobre o capital próprio dos controladores destinados para Fundo Impulsiona Sul (nota 25.d).

(4) Referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

14. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2025
Impostos e contribuições a recolher	262.108
Provisão para participação nos lucros e resultados	10.035
Honras de fundos garantidores	22.099
Outros passivos	12.411
Total	306.653

15. PROVISÕES

Composição das provisões:

	30/06/2025
Provisão para contingências (nota 15.1)	116.000
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	52.596
Provisão sobre garantias financeiras prestadas ⁽²⁾	360
Provisão sobre créditos a liberar ⁽³⁾	5.494
Total	174.450

(1) Deste montante, R\$ 38.864 tem relação com provisionamento de despesas de pessoal (férias, 13º salário, licença prêmio, dentre outros) e R\$ 12.705 referem-se a parte indenizatória a ser paga aos funcionários que aderiram ao programa de desligamento voluntário (PDV).

(2) O montante garantido é de R\$ 259.517. Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.

(3) Provisão constituída sobre o saldo de operações contratadas, que somam R\$ 1.510.253, cujos recursos ainda não foram liberados aos clientes.

15.1 Provisão para contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial – 01/01/2025	36.629	75.463	112.092
Constituição	1.066	-	1.066
Atualização	1.228	3.664	4.892
Baixa por reversão	(174)	(8)	(182)
Baixa por pagamento	(1.039)	(829)	(1.868)
Saldo final – 30/06/2025	37.710	78.290	116.000

De acordo com a nota 3.6, o montante de provisão trabalhista refere-se ao valor integral das ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 26.866.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- R\$ 63.014 referem-se a honorários de sucumbência;
- R\$ 4.783 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- R\$ 10.493 referem-se a embargos interpostos por mutuários contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 68.075. Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 6.620.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor é de R\$ 32.307.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**16.1 Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período.

	30/06/2025
Resultado antes dos tributos e participações	605.708
Participações no lucro	(10.035)
Resultado antes dos tributos	595.673
Alíquotas vigentes	45%
IRPJ e CSLL calculado à alíquota vigente	(268.053)
Efeitos na apuração dos tributos:	
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(17.855)
Juros sobre o capital próprio	-
Incentivos fiscais	103
Outros valores	104
IRPJ e CSLL corrente	(285.701)
IRPJ e CSLL diferido	15.424
Total IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	270.277

16.2 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A entrada em vigência da Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Lei nº 14.467/2022, a partir de 01/01/2025, impactou:

- Na mudança do cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, não dedutíveis para apuração do imposto de renda e da contribuição social; e
- Que as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, deverão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

a) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

ATIVO DIFERIDO	01/01/2025	Constituição	Reversão	30/06/2025
Contrapartida no resultado	429.083	112.838	(113.983)	427.938
Provisão perdas esperadas assoc. ao risco de crédito	216.059	85.050	(101.461)	199.648
Provisão para contingências	50.442	3.147	(1.389)	52.200
Provisão para assistência médica	33.403	3.771	(2.203)	34.971
Créditos transição Lei 14.767 - baixados em prejuízo	106.044	-	-	106.044
Créditos transição Lei 14.767 – inadimpl. 31.12.24	18.579	-	-	18.579
Outras	4.556	20.870	(8.930)	16.496
Contrapartida no patrimônio líquido	18.051	2.165	(3.263)	16.953
Provisão para assistência médica	18.051	2.165	(3.263)	16.953
Total – ativo diferido	447.134	115.003	(117.246)	444.891
PASSIVO DIFERIDO	01/01/2025	Constituição	Reversão	30/06/2025
Contrapartida no resultado	145.115	18.588	(35.157)	128.546
Renegociações tributadas por caixa	121.652	16.767	(34.246)	104.173
Atualização de depósitos judiciais	23.463	1.821	(911)	24.373
Contrapartida no patrimônio líquido	10.928	88	-	11.016
Ativo atuarial – benefício pós emprego (PB I)	10.928	88	-	11.016
Total – passivo diferido	156.043	18.676	(35.157)	139.562

b) Expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ano de realização	Ativos fiscais diferidos			Passivos fiscais diferidos		
	Valor atual	Valor presente	%	Valor atual	Valor presente	%
2025	35.199	33.701	7,91%	3.365	3.221	2,41%
2026	93.953	82.611	21,12%	31.150	27.389	22,32%
2027	47.767	38.572	10,74%	9.072	7.326	6,50%
2028	35.690	26.467	8,02%	6.950	5.154	4,98%
2029	34.348	23.392	7,72%	9.166	6.243	6,57%
2030 a 2034	197.934	100.993	44,49%	23.818	12.716	17,07%
Após 2034	-	-	-	56.041	27.147	40,15%
Total	444.891	305.736	100%	139.562	89.196	100%

c) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 30 de junho, totalizam R\$ 43.117.

17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 30 de junho de 2025.

17.1 Característica dos planos de benefícios

17.1.1 – Planos de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade já preencheram, em sua maioria, os requisitos necessários para elegibilidade ao início de aposentadoria pelo Plano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados em Reserva de Contingência e o excedente do limite estabelecido pela legislação, em Reserva Especial. Conforme decisão do Conselho Deliberativo do ISBRE, foi aprovado o processo de

destinação de Reserva Especial do PB-I na posição de 31.12.2024, em concordância com regras locais emitidas pelo CNPC e Previc.

Em 30/06/2025, o Banco figura como patrocinador de 44 participantes ativos (31/12/2024 - 44), 376 aposentados (31/12/2024 - 378) e 101 pensionistas (31/12/2024 - 104).

Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 30/06/2025, o Banco figura como patrocinador de 404 participantes ativos (31/12/2024 - 406), 6 aposentados (31/12/2024 - 6) e 15 pensionistas (31/12/2024 - 15).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de Asset and Liability Management – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

17.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE.

O PAS é estruturado na modalidade de pós pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o

Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 30/06/2025, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é 813 (31/12/2024 - 807).

17.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

17.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	PB I	PB II	PAS
Valor presente das obrigações atuariais	804.373	28.517	197.455
Valor justo dos ativos do plano	(1.007.989)	(36.702)	-
Déficit (superávit) apurado	(203.616)	(8.185)	197.455
Efeito no teto do ativo	179.136	8.185	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	(24.480)	-	197.455

O Conselho Deliberativo do ISBRE, aprovou o processo de destinação de Reserva Especial do PB-I, apurado conforme regras locais emitidas pelo CNPC e Previc.

O Teto do Ativo é definido pela CPC 33(R1) como “o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituição provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano”. Dessa forma, considerando o processo de distribuição de superávit do plano PB-I em andamento (conforme decisão do Conselho Deliberativo do ISBRE, datada de 12 de dezembro de 2024) e a utilização de parte dos recursos para cobertura parcial das contribuições devidas pelo Banco para o ISBRE (PB-I), apurou-se o valor presente do benefício econômico em 30/06/2025 considerando o valor do Fundo Previdencial de Revisão do Plano (parcela patrocinadores) em 31/05/2025 na proporção da obrigação atuarial do patrocinador BRDE em relação às obrigações atuariais totais do plano

A aplicação deste critério objetivou estimar o valor presente de benefícios econômicos disponíveis para a empresa na forma de reduções nas contribuições futuras para o plano, conforme definição do CPC 33 (R1), tendo resultado em um Teto do Ativo de R\$ 24.480.

17.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	PB I	PB II	PAS
Obrigações atuariais no início do período	773.474	25.651	194.123
Custo do serviço corrente líquido	8	573	44
Contribuições de participantes realizadas no período	363	-	-
Despesa de juros	47.585	1.593	11.884
Benefícios pagos no período	(41.887)	(652)	(5.031)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	23.303	-	(1.413)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	-	2.072	6.375
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência	1.527	(719)	(8.527)
Obrigações atuariais no fim do período	804.373	28.518	197.455

17.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	PB I	PB II
Valor justo dos ativos no início do período	(1.093.188)	(34.107)
Benefícios pagos no período	41.887	652
Contribuições de participantes realizadas no período	(363)	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(5.133)	(1.254)
Receita de juros	(68.642)	(2.205)
Retorno sobre ativos abaixo/(acima) da receita de juros	117.450	212
Valor justo dos ativos no fim do período	(1.007.989)	(36.702)

17.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I	PB II
Efeito do teto de ativo no início do período	295.431	8.456
Despesa de juros	19.187	539
Mudanças no efeito do teto do ativo	(135.482)	(810)
Valor justo dos ativos no fim do período	179.136	8.185

17.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

Apresentamos o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	PB I	PB II	PAS
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	(24.283)	-	194.123
Custo do serviço corrente líquido	8	573	44
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	47.585	1.593	11.884
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	19.187	539	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(68.642)	(2.205)	-
Despesa/(receita) reconhecida no resultado	(1.862)	500	11.928
(Ganhos)/perdas - valor presente das obrigações atuariais	24.830	212	(3.565)
Mudanças no efeito do teto do ativo	(135.482)	(810)	-
Retorno sobre os ativos abaixo/(acima) da receita de juros	117.450	1.352	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	6.798	754	(3.565)
Contribuições do banco no período	(5.133)	(1.254)	(5.031)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	(24.480)	-	197.455

17.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	PB I	PB II
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%
Renda fixa	79,80%	79,13%
Renda variável	3,43%	3,35%
Imobiliário	0,61%	0,09%
Estruturado	9,27%	9,52%
Carteira de empréstimos	0,53%	2,25%
Outros	6,36%	5,66%

17.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 7,10 anos para o PB I, 16,91 anos para o PB II e 10,25 anos para o PAS.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto atuarial (real)	7,21%	6,97%	7,04%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,21%	6,97%	7,04%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,74%	*	N/A
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	100,00%	100,00%
Inflação esperada	5,20%	5,20%	5,20%
Taxa de desconto nominal	12,78%	12,53%	12,61%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	12,78%	12,53%	12,61%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,08%	*	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	5,20%	5,20%	5,20%
Mortalidade geral	AT 2012 segregada por sexo		
Mortalidade de inválidos	AT 49, segregada por sexo		
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas		
Taxa de rotatividade	Nula		
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade ao benefício programado	M: 65 anos F: 62 anos
Composição familiar	Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família efetiva (conforme informações cadastrais)
HCCTR ("inflação médica)	N/A	N/A	4,10%
Aging fator	N/A	N/A	Até 24 anos: 1,50% De 25 a 54 anos: 2,50% De 55 a 79 anos: 4,50% 80 anos ou mais: 2,50%
Take up	N/A	N/A	100,00%

* conforme progressão salarial projetada individualmente, considerando o plano de cargos e salários do BRDE

17.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(26.384)	(2.196)	(9.258)	(3,28%)	(7,70%)	(4,69%)
	Redução de 0,5%	28.091	2.473	10.037	3,49%	8,67%	5,08%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	20.005	(259)	9.390	2,49%	(0,90%)	4,76%
	Redução de 1 ano	(20.437)	284	(9.303)	(2,54%)	1,00%	(4,71%)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	10.447	-	-	5,29%
	Redução de 0,5%	-	-	(9.704)	-	-	(4,91%)

17.6 Fluxos de caixa futuros**17.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período**

	Esperado em 12/2025			Ocorrido em 06/2025		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Contribuição do empregador	9.604	2.448	14.522	5.133	1.254	5.031
Contribuições do participante	377	-	-	363	-	-
Benefícios pago pelo plano	87.469	1.496	14.522	41.887	652	5.031

17.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	PB I	PB II	PAS
Próximos 5 anos	426	365	663
Entre 6 e 10 anos	9	13	116
Após 10 anos	64	52	82

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**18.1 Capital Social**

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 3.499.877.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente. Nesse semestre ocorreram os seguintes aumentos de capital:

	Capital social
Saldo em 31/12/2024	2.487.333
Aumento por incorporação de reservas de lucro	611.934
Aumento por recursos dos juros sobre o capital próprio	158.787
Aumento por destinação de parte do Fundo Impulsiona Sul	41.823
Aumento por aporte financeiro de sócio ⁽¹⁾	200.000
Saldo em 30/06/2025	3.499.877

(1) Recursos depositados ao BRDE em dezembro de 2024 como dotação para futuro aumento de capital social, efetivado no mês de junho/2025, após autorização do Banco Central do Brasil.

18.2 Reservas de lucro

As reservas de lucros do BRDE são formadas pelo montante histórico oriundo da acumulação dos resultados gerados pelo Banco, descontadas as parcelas que são objeto de capitalização ou de distribuição aos controladores na forma de Juros sobre o Capital Próprio.

Conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção inicial da referida Resolução, devem ser registrados no Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo os seus efeitos, em 01/01/2025, os seguintes:

	31/12/2024	01/01/2025	Variação
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	580.508	(535.285)	45.223
Crédito tributário sobre perdas esperadas	(254.988)	234.638	(20.350)
Receita não reconhecida entre 61º e 90º dia de atraso	-	179	179
Efeito inicial reconhecido no PL			25.052

19. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	30/06/2025
Receita com empréstimos	158.727
Receita com financiamentos	606.196
Receita com financiamentos rurais	384.863
Receita com operações c/ características concessão crédito	16.211
Recuperação de créditos baixados em prejuízo	146.715
Receita com títulos de renda fixa	13.465
Receita com contas de fundos de investimentos	207.396
Receita em operações com derivativos	5.995
Total da receita de intermediação financeira	1.539.568
Despesa com captação – depósitos a prazo	(7.506)
Despesa com captação – LCA	(23.632)
Despesa com captação – LCD	(29.662)
Despesa com captação – outros	(3.300)
Despesa com repasses de instituições do país	(512.141)
Despesa com repasses e empréstimos de instituições do exterior	(144.622)
Despesa em operações com derivativos	(24.969)
Total da despesa de intermediação financeira	(745.832)
Resultado da intermediação financeira	793.736

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2025
Tarifa de análise	11.500
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	6.044
Tarifa de cadastro	1.628
Tarifa sobre liquidação antecipada	2.886
Tarifa de alteração ou estruturação de garantias	507
Tarifa de elaboração de parecer/laudo/estudo técnico	488
Receita de garantias financeiras prestadas	3.189
Remuneração administração do FSA	2.403
Outras tarifas e receitas	380
Total	29.025

21. DESPESAS COM PESSOAL

	30/06/2025
Remuneração	78.710
Encargos sociais	35.097
Benefícios	12.821
Honorários	3.602
Outros	2.526
Total	132.756

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2025
Aluguel, condomínio, água e luz	2.153
Comunicações	864
Manutenção e conservação de bens	1.622
Processamento de dados	12.733
Promoções e relações públicas	1.222
Publicidade e propaganda	2.451
Serviços do sistema financeiro	1.265
Serviços de terceiros	4.177
Serviços técnicos especializados	6.458
Vigilância e segurança	699
Transportes e viagem	4.779
Emolumentos judiciais e cartorários	659
Despesas estatutárias (CODESUL)	3.132
Depreciação e amortização	3.548
Demais despesas administrativas	3.716
Total	49.478

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2025
Despesas de imposto s/serviço qualquer natureza (ISS)	1.307
Despesas de contribuição ao COFINS	28.887
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	4.693
Outras despesas tributárias	2.182
Total	37.069

24. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2025
Variação cambial sobre disponibilidade	(5)
Variação cambial sobre operações de crédito	(50.065)
Variação cambial sobre obrigações de repasses e empréstimos	60.682
Receita / (despesa) com variação cambial	10.612
Ajuste ao valor justo	(4.370)
Ajuste de hedge de valor justo	2.330
Atualização de depósitos judiciais	2.715
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	(13.370)
Venda parcial da carteira baixada em prejuízo ⁽¹⁾	14.280
Descontos concedidos em renegociação	(4.017)
Outras receitas (despesas)	(1.424)
Total	6.756

(1) refere-se a cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas.

25. PARTES RELACIONADAS**a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE**

A relação com o ISBRE se dá através dos seguintes eventos:

- Aluguel de salas pelo BRDE para desempenho de suas atividades operacionais;
- Cedência de funcionário para exercer cargo de diretor na Fundação, sendo a remuneração e encargos ressarcidos;
- Contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício de previdência.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	30/06/2025
Locação de salas	(459)
Ressarcimento de salários	642
Contribuição patronal	(8.055)
Total	(7.872)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos exercícios findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	30/06/2025
Benefícios de curto prazo	4.858
Diretoria	4.455
Conselho de Administração	257
Conselho Fiscal	73
Comitê de Auditoria	73
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-
Total	4.858

c) Agência de Fomento da Paraná S/A – FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 30/06/2025 é de R\$ 641 (31/12/2024 – R\$ 1.923).

d) Controladores - Fundo Impulsiona Sul

Fundo criado com o objetivo de equalizar encargos e/ou utilização em mecanismos de prestação de garantias em operações, diretas ou indiretas, contratadas pelo BRDE como o apoio de atividades econômicas e/ou programas de financiamento produtivo de interesse dos Estados detentores do capital do BRDE, determinadas mediante ato de seu respectivo Governador ou manifestação do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL.

O saldo, em 30 de junho de 2025, do fundo de cada Estado é:

Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
43.305	61.174	74.963	179.442

26. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e com normativos internos baseados em objetivos e políticas estabelecidos pelo Conselho de Administração, conforme consolidado na Declaração de Apetite por Riscos – RAS do BRDE. Nesse sentido, pode ser considerado como um processo em constante evolução, onde os

esforços e os trabalhos são desenvolvidos de maneira a promover e garantir o contínuo aprimoramento dos processos, critérios e metodologias da gestão de riscos.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública.

O BRDE dispõe ainda de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento de riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas e, com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (Chief Risk Officer – CRO) e supervisionada por comitê interno específico (Comitê de Riscos – CORIS) vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um Patrimônio de Referência (PR) suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados pelo risco (RWA, da sigla em inglês para Risk Weighted Assets) são a medida da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos à vista ou de poupança, tampouco conta com fundos de natureza fiscal ou para-fiscal. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de lucros acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área de gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

Por fim, em consonância e obediência às diretrizes dispostas na Resolução BCB n.º 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BRDE divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/pilar-3/>. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras do Banco.

Em relação ao disposto no inciso XX, do art. 90 da Resolução BCB nº 352/2023, destacam-se:

- Os principais riscos aos quais a instituição está exposta, de acordo com os requerimentos de capital, são o risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional. O risco de liquidez, no caso do BRDE, é constantemente monitorado. No entanto, dadas as características de

atuação do banco, que se vale em grande medida da modalidade de repasses, a probabilidade de ocorrência de problemas de liquidez é atenuada.

- As políticas e os processos para o gerenciamento de riscos, contendo os princípios e os instrumentos de gerenciamento por meio dos quais o BRDE busca assegurar o cumprimento dos parâmetros e das demais disposições da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), estão disponíveis para acesso no endereço a seguir: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/estrutura/>.
- No BRDE, os métodos utilizados para mensuração do risco são aqueles permitidos pelo Banco Central do Brasil, no formato das abordagens padronizadas, conforme as resoluções, circulares e instruções normativas correlatas a cada risco.
- o sumário de dados quantitativos sobre as exposições ao risco, suas descrições e respectivas concentrações são apresentadas na próxima nota explicativa.

27. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.955/2021, 4.958/2021 e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 30 de junho.

	30/06/2025
Patrimônio de referência	5.217.829
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	26.293.481
Risco de crédito - RWACPAD	21.868.754
Risco de Mercado - RWAMPAD	3.022.149
Risco Operacional - RWAOPAD	1.402.578
Índice de Basileia	19,84

As definições de risco de crédito, mercado, operacional, liquidez e dos demais riscos relevantes para o BRDE são todas derivadas das respectivas definições do Banco Central do Brasil, a saber:

O **Risco de Crédito** é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos com problema de recuperação de crédito.

O **Risco de Mercado** é definido como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo BRDE decorrentes do risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e do risco da

variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O **Risco Operacional** é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui ainda o risco legal associado a:

- i) Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo BRDE; e
- ii) (Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O **Risco de Liquidez** é definido como:

- i) A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e,
- ii) A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

28. TESTE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB n.º 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, a demanda por financiamentos e a projeção dos juros para 2025 e seus efeitos nos principais itens de balanço:

- ➔ Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: cenários de migração considerando o cenário econômico atual e histórico de inadimplência do Banco.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Qualidade da carteira de crédito – variação da PCLD		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 7%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(25.884)	(36.237)	(51.767)
Item sensibilizado	Resultado bruto da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(39.687)	79.374	119.060
Item sensibilizado	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	265.310	282.279	299.175
Item sensibilizado	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	5.800	(5.800)	(11.600)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 7%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(22.245)	(31.142)	(44.489)

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Enchentes no RS

Os eventos climáticos de grande porte que afetaram o estado do Rio Grande do Sul entre os meses de abril e maio de 2024 ocasionaram inúmeras perdas de vidas, danos a propriedades em geral e transtornos de infraestrutura, dentre outras importantes consequências que afetaram a sociedade gaúcha de forma geral.

No que tange as suas operações, O BRDE oportunizou a suspensão de pagamentos, denominada *standstill*, das operações de crédito daqueles clientes atingidos pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, que variava de 6 a 12 meses de acordo com o *funding* ou por decisão própria.

Ao todo foram renegociados 288 contratos, cuja situação atual é a seguinte:

	30/06/2025	% ⁽¹⁾	% ⁽²⁾
1. Total da carteira de crédito	23.193.489	100,00%	
2. Total da carteira renegociada pela enchente	1.430.850	6,17%	100,00%
2.1 Carteira renegociada em carência	624.756	2,69%	43,66%
2.2 Carteira renegociada em amortização	806.094	3,48%	56,34%
2.2.1 Carteira em amortização em dia	684.978	2,95%	47,87%
2.2.2 Carteira em amortização em atraso	92.621	0,40%	6,47%
2.2.3 Carteira em amortização inadimplente	28.495	0,12%	1,99%

(1) sobre o total da carteira de crédito

(2) sobre o total da carteira renegociada

DIRETORIA

Diretor-Presidente
RANOLFO VIEIRA JUNIOR

Diretor Vice-Presidente e
Diretor de Operações
RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR

Diretor de Planejamento
LEONARDO MARANHÃO BUSATTO

Diretor de Acompanhamento e Recuperação
de Créditos
MAURO MARIANI

Diretor Financeiro
JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Diretor Administrativo
HERALDO ALVES DAS NEVES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
RANOLFO VIEIRA JUNIOR

Conselheiros
WAGNER CARLOS AICHNER
LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA
IVAN CESAR RANZOLIN
LEANDRO RIBEIRO MACIEL
FRANCISCO SÉRGIO TURRA
THAÍS POMPERMAYER

FABIANO MEASSI
Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6



**Shape the future
with confidence**

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - salas 104 e 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Controladores e aos Diretores do
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Ausência dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 7 e 9 às demonstrações financeiras, o Banco possuía, em 30 de junho de 2025, operações de crédito no montante de R\$23.193.489 mil, com respectiva provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$517.670 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração dos referidos instrumentos financeiros.

Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco das contrapartes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da Diretoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos parâmetros de cálculo da Perda Esperada, como probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, fator de conversão de crédito e taxa de juros efetiva, desenvolvidos pelo Banco relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (iii) garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iv) análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco das contrapartes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21; (vi) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (vii) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas às provisões adotadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 7 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$197.455 mil, em 30 de junho de 2025. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados nas avaliações. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 30 de junho de 2025, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$444.891 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.



**Shape the future
with confidence**

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 03 de setembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, reading 'Renata Zanotta Calçada'.

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC - RS062793/O-8

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Período findo em 30.06.2025

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. Durante o 1º semestre de 2025, o órgão estatutário reuniu-se duas (02) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 30/06/2025, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos, bem como o cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Além disso, acompanhou a evolução do atendimento, pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela Auditoria Interna e também quanto ao monitoramento de órgãos de fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade, o detalhamento das informações e serviços prestados pelas empresas de auditoria independente sobre: as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios, contratuais ou conveniados. Não foram verificadas situações em que a independência da auditoria externa ficasse comprometida no exercício de suas atribuições.

IV - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; a Mensagem da Diretoria e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 30 de junho de 2025. Com base nas atividades desenvolvidas, com o respaldo da auditoria independente e da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissões por parte dos administradores do BRDE que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas. Além disso, não foram observadas divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Portanto, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 01 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **LAUREN MOMBACK MAZZARDO**
Data: 02/09/2025 19:16:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDERSON JOSE
PINHEIRO
COLACO:0347552790
1
Assinado de forma digital por
EDERSON JOSE PINHEIRO
COLACO:03475527901
Dados: 2025.09.03 13:22:35
-03'00'

**AIRTON LUCAS
THOME DE
AZEREDO:048505
27922**
Assinado de forma digital
por AIRTON LUCAS THOME
DE AZEREDO:04850527922
Dados: 2025.09.02
11:09:45 -03'00'

LAUREN DE VARGAS MOMBACK
Coordenadora do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de RS

EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do PR

AIRTON L. THOME DE AZEREDO
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros do Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e no exercício das atribuições legais e estatutárias relacionadas, examinamos as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pelas áreas técnicas e representantes da Administração no curso do respectivo semestre e no Relatório dos Auditores Independentes, compreendemos que os documentos estão em conformidade com as práticas contábeis que se aplicam ao BRDE, e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, opinando por sua aprovação.

Porto Alegre, 02 de setembro de 2025.

CICERO ANTONIO
EICH:47887931053

Assinado de forma digital por
CICERO ANTONIO
EICH:47887931053
Dados: 2025.09.02 18:15:14 -03'00'



Documento assinado digitalmente
EDUARDO ROSEMBERG LACHER
Data: 02/09/2025 18:52:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente
ADALBERTO CERVINO VENTURA
Data: 03/09/2025 07:56:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CÍCERO ANTÔNIO EICH
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do PR

EDUARDO ROSEMBERG LACHER
Conselheiro Fiscal
Representante do RS

ADALBERTO C VENTURA
Conselheiro Fiscal
Representante de SC